



## UM OLHAR CRÍTICO SOBRE OS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS<sup>1</sup>

SANTOS, Claudio Everaldo dos<sup>2</sup>

ROTTA, Edeimar<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Paradigmas. CRAS. Usuário. IDH.

### Introdução

Verifica-se, no cotidiano de trabalho do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a existência de complexificadores para a implementação da Nova Política de Assistência Social e, para apreendê-los, busca-se conhecer os motivos históricos da relação paternal entre instituições, agentes e usuários do serviço social, respondendo às seguintes questões: Quais as práticas hoje utilizadas que perpetuam a condição de submissão dos usuários? Quais os paradigmas reificadores, legitimadores da lógica capitalista?

A Constituição Federal de 1988 representa a consolidação de todo um processo de luta da sociedade brasileira por direitos individuais e coletivos. Intitulada cidadã, traz nos seus artigos 5º e 6º (BRASIL, 2009, p. 20) a expressão dos direitos individuais e coletivos da Nação brasileira. A ruptura com os velhos paradigmas se dá de forma contundente no documento, a caridade dá lugar ao direito; ao cidadão é delegada a condição de capaz de gerir-se; o Estado figura como viabilizador do acesso aos benefícios; e seus agentes como responsáveis por buscarem soluções para as demandas.

O sistema capitalista vigente, por sua vez, gera uma realidade em que o cidadão é trocado pelo consumidor (seu valor social está diretamente relacionado ao seu poder de compra); a individualização é estimulada pela concorrência; as ofertas de emprego estão atreladas aos índices de inflação e o Produto Interno Bruto (PIB) direciona as políticas públicas, enquanto a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) só é reivindicada por organizações internacionais.

### Metodologia

Inicia-se com uma contextualização histórica cujo norte é apreender qual o sentido da existência de uma instituição pública estatal dentro de comunidades carentes e que práticas

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

<sup>2</sup> Assistente Social. Formado pela UNIJUÍ. Profissional da SAS da Prefeitura Municipal de Cruz Alta/RS.

<sup>3</sup> Professor. Doutor. Orientador. UNIJUÍ.



são produzidas, mantidas ou reformuladas no atendimento aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As entrevistas limitam-se aos técnicos e demais trabalhadores da Assistência Social. Os usuários, por sua vez, têm voz pelo aproveitamento das observações feitas nas 300 horas de estágio junto ao Centro de Referência da Assistência Social Comunidade Mãe São Francisco de Assis, no município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul.

Para ampliar o conhecimento advindo das próprias observações, realizou-se uma pesquisa de ordem qualitativa, desta forma buscando apreender, para além de dados estatísticos, o todo dinâmico do objeto de trabalho do Assistente Social e a relação deste profissional com os usuários de seus serviços. Considera-se que:

[...] a análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (MINAYO, 2008, p. 27).

O método dialético-crítico norteia este estudo das manifestações da questão social, que constitui o objeto de trabalho do Assistente Social. O método dialético-crítico da teoria marxista “considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais [...]” (MINAYO, 2008, p. 24), desta forma, tornando-se indispensável nesta busca dos fatores constituintes e constitutivos dos velhos paradigmas da assistência social.

## **Resultados e discussões**

A pesquisa qualitativa realizada aponta para a necessidade de uma melhor sistematização dos programas, projetos e serviços realizados nestas instituições o que coloca o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH como proposta para qualificação dos serviços. Uma vez que o Assistente Social está à frente da implantação da PNAS, faz-se necessário buscar apreender sua visão no que se refere às mudanças de paradigmas.

No contexto apresentado figuram os usuários dos serviços públicos e a estes é atribuída autogestão. Os investimentos em educação, saúde, habitação e saneamento básico continuam distantes das prioridades. Se as políticas acenam com mudanças, a realidade pouco mudou. Faz-se necessário conhecer a história para, a partir dela, reinventar a metodologia de trabalho. A presente pesquisa pode trazer algumas contribuições para esta reinvenção, através da busca dos fatores constituintes dos velhos paradigmas e através das considerações e da teorização estabelecida a partir das observações realizadas no campo de estágio.

Apresentam-se algumas propostas, objetivando contribuir na busca de uma nova metodologia de trabalho a partir dos CRASs. O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)



aparece como possibilidade de sistematizar a viabilização de alguns benefícios, assim como pode constituir-se ferramenta importante para o conhecimento da realidade das famílias usuárias dos CRASs.

O sentido da existência do CRAS se dá pela busca de alternativas para minimizar ou superar os reflexos capitalistas na vida dos usuários, a quem é negada a condição de cidadania. A instituição tem no estímulo a participação, na elaboração de propostas, com seus programas, serviços e projetos, o viés para viabilizar o desenvolvimento social no sentido da coletividade e da cidadania plena.

### Conclusão

Há uma complexa contradição entre a existência de uma constituição “cidadã” que garante inúmeros direitos à classe trabalhadora e a existência da necessidade de se implantar uma instituição pública nas comunidades carentes com o objetivo de viabilizar estes direitos já assegurados em lei.

O CRAS trabalha tendo como objetivo um cidadão de fato e de direito, portanto, com capacidade para exigir que se cumpra o que já está posto em lei, em especial os artigos 5º e 6º da Constituição Federal. Desta forma, ao potencializar a busca pelo desenvolvimento econômico, cultural e intelectual, o CRAS deverá tornar-se gradativamente desnecessário aos cidadãos. Na caminhada de prática diária do Assistente Social no CRAS busca-se uma nova metodologia, em que se evidenciem os novos paradigmas e o protagonismo social seja o objetivo final.

A vigilância social permite sistematizar as demandas, além de possibilitar sua antecipação, mas requer a utilização de ferramentas como o Índice de Desenvolvimento da Família. O IDF viabiliza o conhecimento aprofundado da realidade dos usuários do Sistema Único de Assistência Social e permite ordenar as demandas por prioridade, subsidiando o trabalho do técnico e tirando da pura subjetividade a decisão sobre as ações a serem desenvolvidas.

### Referências

- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O Índice de Desenvolvimento da Família**: texto para discussão, n. 968, 2003.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre, 2009. p. 185 – 258.



BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - 10ª Região. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica** - NOB/ SUAS: Construindo as bases para implantação do Sistema único de Assistência Social. Brasília, julho, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov>>. Acesso em 10 dez. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de orientações para utilização do aplicativo do Índice Desenvolvimento Humano – IDF. Brasília, DF, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/indice-de-desenvolvimento-da-familia-idf-aponta-o-nivel-de-vida-da-populacao-mais-pobre-e-permite-priorizar-politicas-sociais/>>. Acesso em 22 dez. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, nov. 2005.

BRASIL. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6 de 1994. Brasília, 2004.

BRUM, Argemiro J. **O Brasil no contexto mundial**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DESLANDES, Suely ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (organizadora). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico**: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade: projeto profissional e conjuntura, n. 91, p. 5–33, set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social**: identidade e alienação. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. 1968. Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/marx.htm>. Acesso em 18 dez. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.